



UNIVERSIDADE D  
COIMBRA

Alexandra Grade Costa Rodrigues da Silva

**AJUSTAMENTO FAMILIAR AO DIVÓRCIO E  
COPARENTALIDADE**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica  
Sistémica e da Saúde orientada pela Professora Doutora Maria  
Madalena de Carvalho apresentada à Faculdade de Psicologia e  
de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**

setembro 2022



UNIVERSIDADE D  
**COIMBRA**

Alexandra Grade Costa Rodrigues da Silva

**AJUSTAMENTO FAMILIAR AO DIVÓRCIO E  
COPARENTALIDADE**

**Dissertação no âmbito do Mestrado em Psicologia Clínica  
Sistémica e da Saúde orientada pela Professora Doutora Maria  
Madalena de Carvalho apresentada à Faculdade de Psicologia e  
de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra**

setembro 2022

### **Ajustamento Familiar ao Divórcio e a Coparentalidade**

**Resumo:** A dissolução conjugal é um evento crítico que influencia o percurso desenvolvimental da família e que exige uma reestruturação a nível individual e familiar. Um dos principais preditores do ajustamento familiar à separação ou divórcio é a qualidade das relações coparentais estabelecidas antes e após a dissolução. O presente estudo tem como foco de investigação a análise do papel mediador da coparentalidade na relação entre a variável familiar número de filhos e o ajustamento familiar à dissolução conjugal. Adicionalmente, explorou-se o impacto de variáveis sociodemográficas e variáveis familiares, no ajustamento ao divórcio e na coparentalidade respetivamente. Realizou-se um estudo quantitativo com uma amostra constituída por 56 pais e mães que vivenciaram uma separação ou um divórcio. Os dados dos participantes foram recolhidos através de um protocolo, em formato *on-line*, onde foi aplicado um Questionário Sociodemográfico, de Dados Familiares e Complementares, o *Divorce Adjustment Inventory Revised* (DAI-R) traduzido por Morais (2007) e o Questionário da Coparentalidade (QC) versão adaptada e validada por Pedro e Ribeiro (2008). Os resultados demonstraram inexistência de efeito mediador da cooperação (coparentalidade) na relação entre o número de filhos e o ajustamento ao divórcio, apesar de ter sido obtido um efeito direto significativo entre a cooperação e o ajustamento ao divórcio. Não foram encontradas diferenças estatisticamente significativas em relação à associação entre as variáveis sociodemográficas e familiares, no ajustamento ao divórcio e na coparentalidade. Perante a falta de investigação científica relativa a tópicos abordados neste estudo, pretende-se com este trabalho colmatar a escassez de investigações nesta área.

*Palavras-chave:* ajustamento familiar; divórcio; separação; coparentalidade; número de filhos; género dos pais

### **Family Adjustment to Divorce and Coparenting**

**Abstract:** Marital dissolution is a critical event that influences the family's developmental path and requires restructuring at the individual and family levels. One of the main predictors of family adjustment to separation or divorce is the quality of coparental relationships established before and after the dissolution. The present study focuses on the analysis of the mediating role of coparenting in the relationship between the family variable number of children and family adjustment to marital dissolution. Additionally, we explored the impact of sociodemographic variables and family variables on adjustment to divorce and coparenting, respectively. A quantitative study was conducted with a sample of 56 fathers and mothers who had experienced separation or divorce. The participants data were collected through an online questionnaire, where the following instruments were applied: the Sociodemographic, Family and Complementary Data Questionnaire, the Divorce Adjustment Inventory Revised (DAI-R) translated by Morais (2007) and the Coparenting Questionnaire (QC) version adapted and validated by Pedro and Ribeiro (2008). The results showed no mediating effect of cooperation (co-parenting) on the relationship between the number of children and divorce adjustment, although a significant direct effect between cooperation and divorce adjustment was obtained. No statistically significant differences were found, regarding the association between sociodemographic and family variables, in divorce adjustment and coparenting. Given the lack of scientific research on the topics addressed in this study, this investigation aims to address the scarcity of research in this area.

*Keywords:* Family adjustment; divorce; separation; coparenting; number of children; parent gender

## **Agradecimentos**

À Professora Madalena de Carvalho, por toda a disponibilidade e compreensão que demonstrou durante este percurso desafiante. Obrigada por me responder e aconselhar sempre com um sorriso caloroso.

À minha família, por realmente me terem apoiado e encorajado, durante todo o meu percurso académico. Já posso oficialmente dizer, mais uma laranjinha para a família!

A todos os meus amigos da Faculdade, aos que vêm desde o secundário e aos de infância. Obrigada por todos os cafés, por todas as conversas, por todas as macacadas e galhofas. A todos os que me acompanharam este ano! Devo um fino a todos os que me ouviram a falar sobre a dissertação, este ano, e me deixaram ventilar durante um bocadinho.

A todas as pessoas que responderam ao protocolo de investigação. Obrigada por me ajudarem a finalizar esta etapa!

Finalmente, a mim, por ter conseguido entrar em Psicologia, por ter continuado e acabado este curso que tanto me preenche, com a mesma paixão e fascínio que tinha quando entrei.

## Índice

Introdução .....	1
I-Enquadramento Conceptual.....	2
1.1 Ajustamento familiar ao divórcio .....	2
1.2. Coparentalidade.....	5
1.3. Relação entre o ajustamento familiar ao divórcio e a coparentalidade .....	7
II- Objetivos .....	9
III – Metodologia .....	11
3.1 Caracterização da amostra.....	11
3.2 Instrumentos e procedimentos de investigação adotados....	13
3.3 Seleção da amostra e procedimentos de recolha de dados..	16
3.4 Análises estatísticas.....	16
IV - Resultados.....	17
4.1 Estatísticas descritivas dos instrumentos .....	17
4.2 Estudo inferencial.....	18
V – Discussão.....	24
5.1 Limitações e investigação futura.....	29
Conclusão.....	30
Bibliografia .....	32

## Introdução

O ciclo desenvolvimental de uma família é marcado através de eventos sociais expectáveis do percurso familiar, como o nascimento do primeiro filho ou a entrada para a escola (Alarcão, 2000). No entanto, considera-se que a separação parental é uma crise imprevisível e não normativa no sistema familiar que, do mesmo modo, influencia o percurso desenvolvimental da família (Cavanaugh et al., 2010). A dissolução da conjugalidade é um evento altamente exigente para o desenvolvimento pessoal de cada membro familiar, por exigir reorganizações estruturais nos subsistemas e pela necessidade de cada adulto articular as suas necessidades individuais no que diz respeito ao seu processo de ajustamento à nova realidade, com as necessidades relativas à adaptação dos filhos (Lamela, Figueiredo, et al., 2010). Além do mais, o divórcio *per se* não influencia o ajustamento da família, mas os fatores protetores ou de risco que daí podem surgir (Amato, 2010). É o número de transições familiares provocadas pela separação parental que influencia o ajustamento das crianças a este evento e consequentemente o seu bem-estar (Ahrons, 1980)

A dimensão do impacto que a separação parental pode ter na família está diretamente relacionada com as características da dinâmica coparental que foi estabelecida após a separação (Sbarra & Emery, 2008). Mesmo perante a dissolução do subsistema conjugal, o subsistema coparental permanece mas com novas configurações (Mullett & Stolberg, 1999). A investigação científica tem vindo a comprovar que a qualidade da relação coparental após a rutura conjugal é um dos principais preditores do desenvolvimento dos filhos (Lamela & Figueiredo, 2016). Ora, um ajustamento saudável consiste na capacidade do sistema em se adaptar e mudar, de forma a responder às necessidades individuais de cada membro do sistema familiar. Esta competência ganha especial relevo no contexto de uma família que vivencia uma separação parental, por abrir portas à articulação e negociação necessárias nesta fase (Beavers & Hampson, 2000). Por isso, a principal tarefa do sistema familiar após a dissolução conjugal é a redefinição e renegociação de papéis e limites, de modo a clarificar a separação entre assuntos relacionados com a ex-conjugalidade e problemáticas a serem discutidas, entre figuras coparentais, sobre os filhos (Emery & Dillon, 1994).

Com o intuito de aprofundar o nosso conhecimento científico e contribuir para o estado de arte acerca do ajustamento familiar à dissolução conjugal, procurou-se explorar variáveis pouco investigadas e o seu impacto na adaptação a este evento. O número de filhos parece ser realçado, na literatura, como um aspeto influente na satisfação conjugal (Lourenço, 2006). Investigações prévias comprovaram que pais com mais filhos demonstraram níveis mais negativos relativamente à sua satisfação da relação conjugal (Twenge et al., 2003). Assim como, a relação coparental estabelecida com o

primeiro filho prediz a relação coparental com o segundo filho, demonstrando, mais uma vez, que o número de filhos numa família tem impacto nas dinâmicas relacionais (Szabó et al., 2012). Por isso, levantamos a hipótese de que esta variável, da mesma forma que manifesta a sua influência na relação coparental e conjugal, também poderá ser relevante no estudo sobre a satisfação das dinâmicas relacionais após a separação parental.

A investigação científica tem vindo a verificar uma desigualdade de género no que diz respeito ao impacto do divórcio e da relação coparental pós-divórcio. Ahrons (1981) postulou que existem perceções diferentes acerca do papel que cada género exerce na sua relação coparental e que são estas diferenças de perceção que podem provocar conflito interparental, dificultando o processo de ajustamento à separação. Considera-se que as consequências de um divórcio diferem para o homem e para a mulher, apontando danos mais crónicos no género feminino, em comparação com género masculino (Van Winkle & Leopold, 2021). Existe uma maior probabilidade de ser a mulher que fica a viver com os filhos, levando a um maior peso financeiro e a uma probabilidade menor de recasar (Leopold, 2018). Em termos de bem-estar económico da mulher, esta tende a experienciar mais consequências graves após o divórcio quando estão envolvidos filhos em idade pré-escolar (Leopold & Kalmijn, 2016), o que nos levou a considerar, no presente estudo, a faixa etária dos filhos como uma variável interessante a analisar.

Com esta dissertação pretendemos, através de uma perspetiva sistémica, focar a atenção para o ajustamento familiar à dissolução conjugal, explorando vários fatores que podem influenciar este processo familiar, tendo como finalidade proporcionar uma compreensão mais profunda dos fatores envolventes no processo de adaptação familiar à dissolução do subsistema conjugal, contribuindo para o desenvolvimento de futuras investigações e para a aquisição de conhecimento útil para a prática clínica.

## **I - Enquadramento Conceptual**

### **1.1 Ajustamento familiar ao divórcio**

O divórcio pode ser descrito como uma das transições familiares mais avassaladoras e exigentes para um sistema familiar. De acordo com PORDATA (2021), em Portugal, no ano de 2020, por cada 100 casamentos ocorreram 91,5 divórcios, representando uma realidade cada vez mais frequente nas famílias portuguesas. Com o crescimento da taxa de divórcios, verificou-se uma mudança das configurações habituais das famílias, observada na diminuição da dimensão dos agregados domésticos. Estes dados evidenciam um crescimento de dissoluções conjugais, que alertam para a necessidade de se compreender o impacto de aspetos sociodemográficos e familiares no

ajustamento da família a esta crise. Este processo de adaptação à separação é influenciado por múltiplos fatores sociais e contextuais que protegem ou aumentam a vulnerabilidade do sistema familiar a esta nova realidade pós-separação. Recentemente, a pandemia vivenciada também contribuiu para o aumento de pedidos de divórcio em Portugal, devido ao aumento de fatores potencialmente stressantes, como a vivência de confinamentos obrigatórios e a adaptação ao teletrabalho, que proporcionaram ambientes mais vulneráveis e perturbadores para as famílias (Peixoto et al., 2022)

Assiste-se a uma divisão de abordagens, na literatura, que distingue a compreensão de que a separação parental é um evento altamente desestabilizador para a família, que conseqüentemente provoca danos a curto e a longo prazo. Por outro lado, percecionam as transições familiares que advêm da separação como positivas para o crescimento pessoal dos indivíduos, especialmente no caso de mulheres que saem de relações infelizes e pouco satisfatórias ou crianças que deixam de estar expostas a situações de alto conflito (D'Onofrio & Emery, 2019). Segundo esta linha de investigação, a rutura conjugal pode possibilitar o desenvolvimento de relações harmoniosas e gratificantes, permitindo à família fugir de um ambiente outrora conflituoso (Hetherington & Kelly, 2002).

Neste sentido, o ajustamento psicológico das crianças a esta transição familiar está associado à resiliência das mesmas, uma vez que, por norma, os filhos não evidenciam problemas psicológicos graves, a longo-prazo, devido à separação. Apesar de ser esperado que demonstrem sentimentos negativos e algumas dificuldades temporárias no seu percurso desenvolvimental, habitualmente as crianças tendem a adaptar-se, num período de um a dois anos, de forma saudável à nova realidade familiar. Apenas entre 10% a 15% das famílias portuguesas passam por divórcios conflituosos que podem causar impactos negativos que perduram no tempo (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2022). Deste modo, um processo de separação que se oriente pelo objetivo principal do interesse superior da criança e que seja ditado pela cooperação e respeito entre os pais pode diminuir as dificuldades de ajustamento das crianças a esta mudança familiar (Raposo et al. 2011).

Contudo, a dimensão e extensão no tempo dos danos possivelmente provisórios provocados pela dissolução conjugal nas crianças são influenciados por fatores como o temperamento e a idade da criança (Amato & Keith, 1991; Raposo et al., 2011). É esperado que crianças socialmente mais sensíveis e inteligentes, com maior autoestima e uma competência cognitiva elevada, associadas a um temperamento mais fácil, revelem uma adaptação positiva à separação dos pais (Hetherington, 2005).

A teoria cumulativa de stress defende que a separação dos pais, para crianças com menos de 6 anos é mais perturbadora. Sendo o divórcio, um processo que acarreta um conjunto de transformações familiares, as crianças com idade pré-escolar não têm a capacidade

para conseguirem lidar com os eventos à medida que estes vão decorrendo. Sentimentos como a confusão e a culpa pela separação dos pais, vão-se acumulando, não sendo possível a criança gerir e recuperar um nível tão acrescido de stress (Amato et al., 2011). Adicionalmente, a literatura apoiada na teoria da vinculação regista que o processo vincutivo, na infância, é importante para o crescimento adaptativo da criança e para o desenvolvimento de vinculações seguras. Na existência de uma rutura conjugal, frequentemente, a criança presencia o afastamento de uma figura vinculativa, sendo esta, por norma, o progenitor não residente. O *distress* da separação destas figuras pode interromper um processo normativo de formação de vinculações seguras, nas crianças com idades pré-escolares, contribuindo para o desenvolvimento de problemas emocionais, no futuro e o seu desajustamento psicológico (Emery, 1999).

O aparecimento de problemas financeiros associados ao stress provocado pelo divórcio aumentam a vulnerabilidade da família e constituem-se como um dos principais fatores de risco para o desajustamento da criança, à separação dos pais (Raposo et al., 2011). A diminuição de recursos económicos provoca uma incapacidade em corresponder às necessidades da família por parte do progenitor residente, que por norma é a figura parental feminina (Ivanova et al., 2013). Além disso, fatores como o número de filhos podem lentificar a recuperação económica, após uma separação, dado que a pressão sentida pelos pais em suportar as transições que advêm da separação é influenciada pelo tamanho da família (Van Winkle & Leopold, 2021). Relativamente às diferenças de género, a investigação científica tem vindo a comprovar que o peso financeiro, consequência da dissolução conjugal, atinge de forma mais crónica e prolongada as mães do que os pais (Van Winkle & Leopold, 2021). Após a separação, a mulher sofre uma perda desproporcional de rendimento familiar, em comparação com o homem, devido à maior probabilidade de se tornar uma mãe solteira e de não recasar, considerando que existe um risco mais acrescido de pobreza (Leopold, 2018; Wu & Schimmele, 2005). O recasamento desempenha um papel mediador, no que diz respeito à adaptação do indivíduo à separação, tendo sido evidenciado, na investigação científica, que as mulheres têm menos probabilidade de recasarem após o divórcio, do que os homens. Isto deve-se ao facto de, frequentemente, os filhos ficarem a residir com a mãe (Ivanova et al., 2013). Adicionalmente, o fator idade tem mais peso sobre o género feminino, influenciando também a sua probabilidade de recasar, uma vez que pessoas com mais idade mais são menos escolhidas como parceiros (Bennett, 2017; Skopek et al., 2011). No entanto, existem estudos indicando que as mulheres evidenciaram níveis mais elevados de saúde e bem-estar, em contraste com os homens que manifestaram níveis mais elevados de mortalidade e de declínio na saúde, no que diz respeito ao ajustamento ao divórcio (Shor et al., 2012; Wallerstein, 1986)

Segundo Lansford (2009), um aspeto mediador do ajustamento familiar ao divórcio é o bem-estar psicológico dos pais. O quadro psicopatológico dos pais desempenha um fator de risco para o desajustamento da criança à separação dos pais. A rutura conjugal aumenta a vulnerabilidade psicológica dos adultos, por se caracterizar como um evento altamente *stressor*, o que conseqüentemente aumenta a probabilidade de desajustamento psicológico tanto dos pais como dos filhos (Nunes-Costa et al., 2009). Considera-se que níveis de ansiedade altos e existência de um quadro depressivo, nos pais, resulta em parentalidade menos eficaz e conseqüente, uma diminuição na qualidade de prestação de cuidados ao filho (Raposo et al., 2011). As crianças de pais separados com sintomatologia que tende para a ansiedade e para a depressão exibem maiores dificuldades relacionais, pior rendimento académico e menor autoestima (Pilowsky et al., 2006).

Amato (2010) conceptualiza o divórcio como um evento crónico, devido à pressão que persiste de forma indefinida, na vida dos indivíduos. Apesar de 80% a 85% dos adultos conseguirem superar esta rutura conjugal, de forma saudável, a desvinculação do ex-cônjuge, o luto da relação romântica, e a reconfiguração da coparentalidade suscitam desafios exigentes no que diz respeito ao foro psicológico (Ordem dos Psicólogos Portugueses, 2022). O sentimento de perda profundo, característico deste evento crítico, é comparado, na literatura, com o luto realizado pela morte de um cônjuge (Bakermans-Kranenburg & van Ijzendoorn, 1997). Em relação ao *timing* do ajustamento psicológico dos adultos, a literatura aponta para os dois primeiros anos, após a separação, como os mais difíceis e exigentes a nível psicológico (Nunes-Costa et al., 2009), sendo que a influência de vários fatores protege ou vulnerabiliza o indivíduo ao desajustamento. A diminuição do rendimento familiar, o aparecimento de problemas de saúde, a diminuição na eficácia da parentalidade, o aparecimento de sintomatologia psicopatológica e de problemas de saúde contribuem para um desajustamento psicológico não saudável (Braver et al., 2006; Lamela, Figueiredo, et al., 2010).

## 1.2 Coparentalidade

Conceptualmente, a dinâmica coparental é compreendida como um construto psicológico e multidimensional, tendo ganho visibilidade na investigação científica, desde a década de 80, através do estudo das relações familiares após o divórcio. A investigação científica sobre este conceito surge como alvo de interesse e como conceito central, no âmbito do estudo da adaptação da família à separação parental.

Perante a dissolução do subsistema conjugal, num sistema familiar, os pais deixam de ser cônjuges mas a relação coparental entre o par permanece. Esta dinâmica interparental é caracterizada como um subsistema autónomo e independente dos subsistemas

conjugal e parental, sendo, por isso, importante distinguir as relações de parentalidade das relações de coparentalidade (Feinberg, 2003; Margolin et al., 2001). O primeiro conceito refere-se à relação que cada figura parental estabelece individualmente com o filho, dado que, segundo Hoghughi (2004, p. 5), a parentalidade é “o conjunto de atividades propositadas no sentido de assegurar a sobrevivência e o desenvolvimento da criança”. O segundo conceito é conceptualizado como a forma como os adultos, responsáveis pelo cuidado da criança, interagem um com o outro ao exercer funções parentais (Feinberg, 2003).

Existem múltiplas definições de coparentalidade, contudo Margolin et. al. (2001) compreendem este processo coparental através de três dimensões: o conflito, a cooperação e a triangulação entre mãe, filho e pai. A dimensão do conflito caracteriza-se pela quantidade, intensidade e frequência de desentendimentos entre os pais sobre assuntos relacionados com o filho e pela desvalorização da capacidade parental de um pai em relação ao outro. Por sua vez, a triangulação refere-se ao envolvimento da criança no conflito interparental, por um dos pais que procura exercer pressão sobre a criança, de modo a estabelecer uma aliança e rejeitar a outra figura parental. Segundo os autores, esta dinâmica pode provocar uma “distorção das fronteiras entre os subsistemas”, desencadeando um emaranhamento entre as figuras pertencentes à aliança, e conseqüentemente, a exclusão do outro membro familiar. Por último, a dimensão da cooperação associa-se ao apoio e respeito existente entre os cuidadores, competências fundamentais para o desenvolvimento de uma comunicação adequada entre figuras parentais e a construção do sentimento de segurança relativamente à disponibilidade que a outra figura co-parental tem para a criança. Uma coparentalidade eficaz caracteriza-se pela capacidade de as figuras parentais articularem entre si as suas preferências e estilos parentais individuais (McHale, 1995). Neste sentido, o autor procura distinguir duas dinâmicas interparentais, que manifestadas em conjunto constituem uma relação de coparentalidade adequada: existir apoio mútuo na relação de parentalidade e um envolvimento recíproco das figuras parentais na educação, formação e decisões sobre a vida dos filhos. Verças (2012) conclui que os pais que revelam níveis mais altos de cooperação conseguem manter uma relação construtiva entre si, ao mesmo tempo que priorizam o bem-estar dos filhos.

Um estudo com famílias divorciadas categorizou três padrões relacionais distintos, relativos à coparentalidade: a coparentalidade descomprometida, cooperativa e conflituosa (Maccoby et al., 1990). No que concerne ao primeiro padrão descrito, os autores apontam para a falta de articulação e coordenação em relação a assuntos do filho, na tentativa de se desprenderem e dissociarem do ex-cônjuge. Este padrão relacional revela baixos níveis de conflito, uma vez que existe uma tentativa de distanciamento entre as figuras co-parentais. Frequentemente os pais procuram realizar as trocas das crianças em

locais onde não existe possibilidade de se encontrarem. Pelo contrário, os pais que se inserem no padrão de coparentalidade conflituosa, se por um lado não se descomprometem, por outro não cooperam entre si, desencadeando conflitos. Os pais não tentam agilizar e coordenar entre si as mudanças de casa dos filhos, assim como podem tentar desvalorizar o papel do outro pai. Tal não acontece na vertente cooperativa, uma vez que os indivíduos, cujos níveis de conflito são baixos e de cooperação são altos, procuram distinguir as suas dificuldades relacionais das funções que estabelecem enquanto figuras parentais. Este padrão é caracterizado pelo apoio mútuo e pela coordenação entre os dois ambientes familiares.

Dada a diversidade das estruturas familiares na sociedade contemporânea, Egeren e Hawkins (2004) contribuíram para a caracterização dos indivíduos que estabelecem uma relação coparental, no seu sistema familiar, denominados de “co-parents”. Os autores justificam a não obrigatoriedade de uma relação coparental provir de uma relação matrimonial/conjugal, incluindo por isso todos os indivíduos que estejam em casamentos, separados ou em união de facto, tal como incluem situações em que não tenha sido estabelecida qualquer relação romântica. Não atendendo à distinção entre uma coparentalidade positiva e negativa, uma figura parental ausente também pode ser membro de uma relação coparental, a partir do momento em que são estabelecidos modelos relacionais de coparentalidade que a criança poderá vir a reproduzir no futuro nas suas relações interpessoais.

### **1.3 Relação entre o ajustamento familiar ao divórcio e a coparentalidade**

Inicialmente, o pressuposto predominante entre autores considerava as relações parentais e conjugais, no sistema familiar, como preditivas do ajustamento das crianças a eventos críticos no seu percurso desenvolvimental, indicando que o seu bem-estar dependia da qualidade destas dinâmicas familiares (Lamela, Nunes-Costa, et al., 2010). Contudo, nos anos 80, o estudo sobre o papel da coparentalidade, nas relações familiares com pais divorciados, foi ganhando destaque (Mullett & Stolberg, 1999). A qualidade das relações coparentais revela um papel mais determinante no que diz respeito ao seu impacto nas relações sistémicas, num sistema familiar, do que as dinâmicas independentes da conjugalidade e parentalidade (Feinberg et al., 2007; Schoppe-Sullivan et al., 2004). A relação coparental permite compreender de que forma é que o funcionamento conjugal pode ter impacto no ajustamento dos filhos, dado que através do conflito na conjugalidade se pode prever o impacto negativo nos filhos (Lamela, Nunes-Costa, et al., 2010). Da mesma forma que a coparentalidade tem um efeito preditivo no ajustamento dos filhos através da conjugalidade, o mesmo se pode postular quando essa conjugalidade é dissolvida. Um dos principais mediadores do

funcionamento familiar após uma separação é a qualidade da coparentalidade. (Lamela & Figueiredo, 2016).

Após uma rutura conjugal, o fator que mais influencia o aparecimento de problemas emocionais nos filhos é a dimensão e o grau de conflito coparental existente, sendo este explicado pelos limites difusos entre subsistemas, isto é, pela dificuldade dos pais em separar os conflitos conjugais e os assuntos problemáticos derivados da separação, como a disputa pela custódia do filho, da sua relação coparental atual (Lamela, Nunes-Costa, et al., 2010; Lamela & Figueiredo, 2016; Madden-Derdich et al., 1999). Quando o ex-casal consegue realizar esta distinção e manter uma relação coparental positiva, cooperando e respeitando-se mutuamente, o bem-estar dos filhos tende a ser mais protegido e assegurado. Por exemplo, uma coparentalidade eficaz permite que a figura parental não residente permaneça mais envolvida na vida quotidiana dos filhos, o que desempenha um fator protetor, relativamente ao ajustamento psicológico dos filhos (McGene & King, 2012). A principal dificuldade debruça-se sobre a capacidade de as figuras parentais restabelecerem novas fronteiras relacionais, de modo que a relação coparental possa ser utilizada como meio para o incentivo de um ajustamento saudável dos filhos a esta separação.

Efetivamente, um dos fatores que coloca em risco o ajustamento saudável dos filhos à separação dos pais é a existência de conflito interparental (Lamela, 2013). Feinberg (2003) postula que o estado psicológico fragilizado dos pais, devido à rutura conjugal, afeta e impede que estes consigam demonstrar apoio emocional e envolvimento na construção de estratégias para a prestação de cuidados da criança. Desta forma, a coparentalidade é influenciada negativamente pelo stress consequente da rutura conjugal e pela incapacidade dos pais em praticar uma parentalidade eficaz (Dorsey et al., 2007).

Tal conflito pode ser caracterizado como explícito e manifesto ou discreto e indireto, sendo que o primeiro distingue-se pela expressão de comportamentos hostis como a utilização de insultos, gritos e violência física. Por outro lado, um conflito discreto caracteriza-se por manifestações mais indiretas como a triangulação e a falta de cooperação e apoio mútuo, elementos característicos de uma dinâmica coparental cooperativa (Buehler et al., 1997)

Adolescentes expostos a dinâmicas coparentais caracterizadas por conflito constante e expressões de afeto negativas apresentavam problemas comportamentais como o uso de substâncias e o absentismo na escola. Assim como níveis de cooperação baixos estão associados com níveis baixos de autoestima em crianças em idade escolar e em adultos emergentes (Amato et al., 2011). Com um estudo, realizado em Hong Kong, concluiu que a coparentalidade conflituosa, caracterizada por baixos níveis de apoio mútuo e de cooperação, estava significativamente relacionada com uma autoestima negativa nos filhos (Lau, 2007).

Além disso, o processo de reorganização familiar após um divórcio pode ser influenciado negativamente pelos mecanismos de desvinculação dos ex-cônjuges, sendo determinante no processo de reorganização da relação coparental (Lamela, Figueiredo, et al., 2010). Na idade adulta, perante uma situação de *distress*, a figura de vinculação fornece proteção e segurança ao vinculado, desempenhando um papel importante na sua reorganização psicológica (Bowlby, 1980). Todavia, a separação é considerada um evento altamente stressor para os adultos, e por isso existe uma constante ativação do sistema de vinculação (Davis et al., 2003). Paralelamente, a segurança e proximidade antes providenciada pelo ex-cônjuge, agora é caracterizada por ausência e perda, o que provoca desajustamento psicológico do adulto e dificulta o estabelecimento de uma relação coparental cooperativa e articulada (Lamela, Figueiredo, et al., 2010). Pais seguros, ao contrário dos pais inseguros evitantes, estão associados diretamente com uma maior qualidade da coparentalidade e conseqüentemente, um maior ajustamento familiar após o divórcio. Quando existe segurança na vinculação entre os pais divorciados estes adquirem um conjunto de estratégias de regulação emocional e resolução de problemas que colocam em prática, perante a rutura conjugal e os permite utilizar a relação coparental, de forma cooperativa e articulada, a benefício do filho (Lamela et al., 2013).

Relativamente a outros fatores que influenciam a dinâmica coparental, a investigação científica demonstrou uma associação significativa entre a idade dos filhos e a qualidade da coparentalidade. Pais com filhos mais velhos, por um lado, tendem a demonstrar níveis de cooperação mais altos mas, por outro, níveis mais altos de conflito discreto e indireto, em comparação com o conflito mais direto e explícito (Petren et al., 2017).

Desta forma, a investigação científica resume uma coparentalidade positiva em famílias divorciadas a alguns aspetos relevantes. Considera-se que quando os ex-cônjuges se unem, como uma equipa, em prol do filho; quando partilham de forma clara e articulada a prestação de cuidados do filho; quando gerem os assuntos conflituosos, relativamente ao filho, de forma comunicativa e respeitadora e, por fim, quando se apoiam mutuamente no exercício da parentalidade, estão a construir e a praticar uma coparentalidade cooperativa (Pruett & Pruett, 2009).

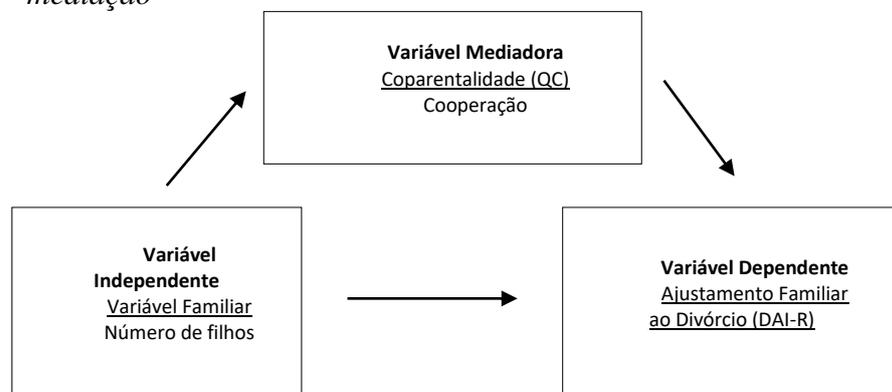
## **II - Objetivos**

O presente estudo pretende investigar o impacto da variável número de filhos no ajustamento familiar ao divórcio (DAI-R), considerando o papel mediador da coparentalidade (QC). Adicionalmente, procurou-se compreender se variáveis sociodemográficas e variáveis familiares se relacionam com o ajustamento ao divórcio e com a coparentalidade, respetivamente. Definiram-se os seguintes objetivos específicos:

- (1) Verificar se a dimensão da cooperação (coparentalidade) desempenha um papel mediador na relação do número de filhos com o ajustamento familiar ao divórcio;
- (2) Analisar as diferenças de variáveis sociodemográficas (género dos pais, local de residência) e variáveis familiares (número de filhos e faixa etária dos filhos), no ajustamento ao divórcio;
- (3) Analisar as diferenças de variáveis sociodemográficas (género dos pais, local de residência) e variáveis familiares (número de filhos e faixa etária dos filhos), na coparentalidade (ver Figuras 1, 2 e 3).

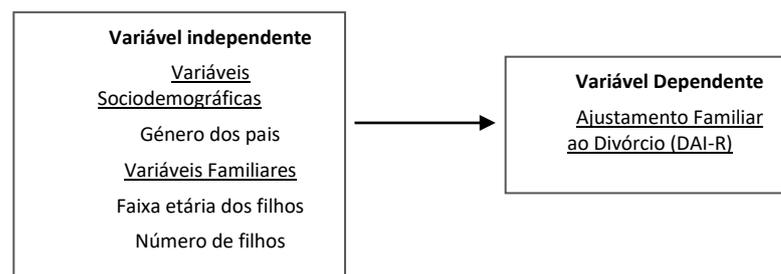
### Figura 1

Mapa conceptual das variáveis em estudo e a relação hipotética de mediação



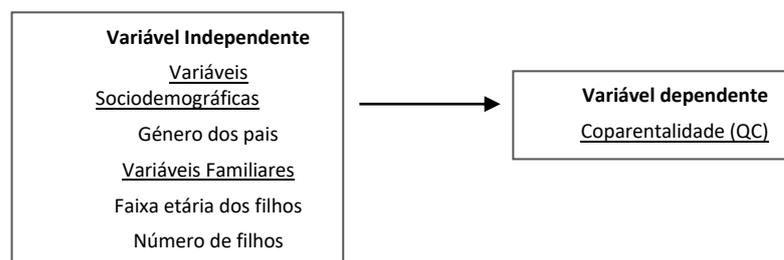
### Figura 2

Mapa conceptual da relação hipotética entre as VIs (variáveis sociodemográficas e familiares) e a VD (ajustamento familiar ao divórcio)



### Figura 3

*Mapa conceptual da relação hipotética entre as Vis (variáveis sociodemográficas e familiares) e a VD (coparentalidade)*



## III – Metodologia

### 3.1 Caracterização da amostra

A amostra foi recolhida através de um processo de amostragem não probabilística, caracterizando-se como uma amostra por conveniência. É constituída por um total de 56 sujeitos, indivíduos que estão separados ou divorciados, com crianças e/ou adolescentes, filhos da relação que terminou em separação ou divórcio. A idade dos participantes encontra-se no intervalo entre 27 e 57 anos ( $M=43.91$ ,  $DP=6.823$ ), sendo que o sexo feminino constituiu a maioria da amostra (78.6%). Quase metade da amostra tem apenas a licenciatura (46.4%) como habilitações literárias e a grande maioria dos participantes encontra-se, atualmente, empregada (87.5%). Sobre o local de residência, 64.3% dos participantes vivem numa cidade (ver Tabela 1).

Em relação a variáveis familiares e complementares, 60.7% da amostra é composta por famílias com mais de um filho. No que diz respeito ao regime de residência estabelecido, 64.3% dos participantes adotaram uma residência única, mas 67.9% exercem de forma conjunta as responsabilidades parentais (ver Tabela 2).

### Tabela 1

*Estatísticas descritivas das características sociodemográficas da amostra*

Variáveis	N	%
<b>Género</b>		
Feminino	44	78.6
Masculino	12	21.4
<b>Idade</b>		
27-39	15	26.8
40-46	26	46.4

47-57	15	26.8
<b>Nacionalidade</b>		
Brasileira	1	1.8
Moçambicana	1	1.8
Portuguesa	54	96.4
<b>Residência</b>		
Cidade	36	64.3
Vila	10	17.9
Aldeia	10	17.9
<b>Habilitações Literárias</b>		
2º ciclo do ensino básico (6º ano)	1	1.8
3º ciclo do ensino básico (9º ano)	1	1.8
Ensino secundário (12º ano)	9	16.1
Licenciatura	26	46.4
Mestrado/Mestrado Integrado	15	26.8
Doutoramento	2	3.6
Pós-Graduação	2	3.6
<b>Situação Profissional</b>		
Estudante	1	1.8
Reformado	1	1.8
Desempregado	5	8.9
Empregado	49	87.5

---

Nota. N= 56

## **Tabela 2**

*Estatísticas descritivas das características familiares e dados complementares da amostra*

Variáveis	N	%
<b>Faixa etária dos filhos*</b>		
Criança	15	26.8
Adolescente	26	46.4
Criança e adolescente	15	26.8
<b>Número de filhos</b>		
Um filho	22	39.3
Mais que um filho	34	60.7

Situação atual		
Divorciado/a	31	55.4
Separado/a	25	44.6
Regime de Residência dos Filhos		
Única	36	64.3
Alternada	13	23.2
Acordo flexível	7	12.5
Regime de Responsabilidades Parentais		
Exercício conjunto	38	67.9
Exercício único	16	28.6
Não se aplica	2	3.6
Tem algum acompanhamento terapêutico		
Sim	7	12.5
Não	49	87.5

Nota. N= 56

### 3.2 Instrumentos e procedimentos de investigação adotados

O protocolo de investigação do presente estudo é constituído por três diferentes instrumentos, dos quais o questionário sociodemográfico e de dados familiares e complementares, tendo como objetivo a recolha de informações que caracterizam a amostra. De modo a avaliar o ajustamento familiar à dissolução conjugal, utilizou-se o *Divorce Adjustment Inventory-Revised* (DAI-R). Para medir o papel mediador da coparentalidade incluiu-se o Questionário da Coparentalidade.

#### 3.2.1 Questionário Sociodemográfico e de Dados Familiares e Complementares

Este questionário foi desenvolvido pela equipa de investigação tendo como objetivo recolher informações sobre as características sociodemográficas dos participantes do estudo, como o género, idade, sua residência e nacionalidade, as habilitações literárias e situação profissional. Foram também incluídas questões que permitem conhecer as características familiares dos participantes associadas ao processo de dissolução conjugal, nomeadamente se atualmente o participante está numa união de facto, o número de filhos e a sua idade, a constituição do agregado familiar, o regime de responsabilidades parentais e de residência, a frequência das visitas do progenitor não residente e a existência, ou não, de acompanhamento psicoterapêutico.

### 3.2.2 Divorce Adjustment Inventory Revised (DAI-R; tradução de Morais, 2007)

O DAI-R é constituído por 42 itens, dividindo-se por 5 subescalas, que utilizam uma escala tipo likert que varia de (1) concordo totalmente a (5) discordo totalmente, para avaliar o funcionamento e ajustamento familiar após o divórcio.

A primeira subescala, denominada de Conflito Familiar e Disfunção (14 itens) podendo indicar uma dinâmica patológica, avaliando o conflito interparental, que está associado às capacidades de *coping* dos pais e dos filhos, à manifestação de stress da criança, à estabilidade financeira, a atividades familiares e à disciplina. A subescala Condições Protetoras de Divórcio e *Coping* da Criança (9 itens) sugere que existe um processo de divórcio protetor de fatores de risco para a criança, contribuindo para uma diminuição da vulnerabilidade desta a um mau ajustamento à separação dos pais. Tais fatores consistem na existência rara de conflito na presença da criança, minimização de stress financeiro após o divórcio, sendo que os pagamentos acordados entre os pais são considerados adequados, não desempenhando uma sobrecarga sobre um ex-cônjuge e condições favoráveis no que diz respeito à custódia da criança. Com o intuito de avaliar a relação parental pré e pós divórcio, a subescala Resolução Positiva do Divórcio (8 itens) pretende avaliar a capacidade de os membros da família realizarem atividades todos juntos e de comunicar sobre as suas dificuldades e sentimentos uns com os outros, antes da ocorrência da separação. Adicionalmente, esta subescala integra itens que averiguam a satisfação dos progenitores com as responsabilidades articuladas sobre o cuidado com a criança, assim como no consenso em decisões tomadas em cada habitação. De modo a avaliar os Sistemas de Suporte Externo das crianças, a penúltima escala (3 itens) averigua a participação da criança em atividades extracurriculares e a envolvimento dos pais nestas, a sua capacidade em conversar com pares ou com adultos acerca dos seus problemas, incluindo a existência de acompanhamento psicológico da criança. Por fim, a subescala Transição do Divórcio (8 itens) é reconhecida pelos autores como a mais contraditória e enigmática, uma vez que avalia o reconhecimento por parte do progenitor de que o filho não lidou de forma adaptativa a esta transição familiar, no entanto não atribui esta dificuldade ao divórcio (Morais, 2007; Portes et al., 2000)

As características psicométricas da escala, da versão utilizada de Morais (2007), demonstram uma consistência interna com alfa de Cronbach de .81 relativamente ao total da escala. No que diz respeito à fidelidade das subescalas Conflito Familiar e Disfunção (.71), Resolução Positiva de Divórcio (.77), Sistemas de Suporte Externo (.85), estas apresentam consistência interna razoável a boa. No entanto, as subescalas Condições Protetoras de Divórcio e *Coping* da Criança (.65) e Transição de Divórcio (.60) indicam alfas de Cronbach mais baixos. De forma a averiguar a fidelidade, no presente estudo,

avaliou-se a consistência interna através do coeficiente alfa de Cronbach. Obteve-se uma consistência interna aceitável para as subescalas Conflito Familiar e Disfunção (.87), Condições Protetoras de Divórcio e *Coping* da Criança (.73), Resolução Positiva de Divórcio (.79), Sistemas de Suporte Externo (.85). Contudo, foi decidido excluir a subescala Transição de Divórcio, do total da escala utilizada na análise estatística, por apresentar um alfa de Cronbach (.38) muito baixo, considerando esta subescala pouco fiável estatisticamente (Nunnally, 1978).

### **3.2.3 Questionário de Coparentalidade - QC (Pedro & Ribeiro, 2008)**

A versão original deste instrumento foi desenvolvida por Margolin e colaboradores (2001) e procura avaliar a percepção que os membros do par parental têm um do outro enquanto pais. Este instrumento distingue-se pelas suas boas características psicométricas e pela sua eficácia. O questionário da coparentalidade foi contruído para colmatar algumas lacunas encontradas em instrumentos construídos anteriormente, como os níveis elevados de desejabilidade social, consequência da utilização de medidas de autorrelato, que avaliam construtos relacionados com a parentalidade. Neste sentido, o QC mede a coparentalidade através da avaliação que um parceiro faz do comportamento do outro na relação coparental. Adicionalmente, este questionário procura avaliar tanto aspetos positivos como negativos ao incluir a dimensão da Triangulação, o que também se constituiu como um elemento diferenciador neste instrumento (Pedro & Ribeiro, 2015).

O instrumento foi adaptado à população portuguesa, por Marta Pedro e Maria Ribeiro em 2015 e é constituído por 14 itens, divididos em três subescalas distintas, Cooperação, Triangulação e Conflito. A cotação é realizada através de uma escala tipo likert, que varia de (1) Nunca a (5) Sempre. A subescala da Cooperação avaliada do item 1 ao item 5, procura medir o apoio e respeito mútuo estabelecido entre o par parental, por sua vez, a dimensão do Conflito avaliada do item 10 ao item 14, avalia a dimensão do conflito interparental, relativamente a aspetos dos filhos. Por fim, a subescala da Triangulação, constituída pelos itens 6 a 9, avalia a coligação que um membro do par parental tenta criar com a criança, de forma a excluir o outro. As pontuações mais altas demonstram níveis mais elevados de cooperação, conflito e triangulação (Pedro & Ribeiro, 2015).

As subescalas da versão original do QC, Cooperação (.83), Triangulação (.85) e Conflito (.76), apresentam bons índices de consistência interna. Relativamente à consistência interna analisada no presente estudo, os valores de alfa de Cronbach de cada subescala, Cooperação (.90), Triangulação (.91) e Conflito (.79) são ligeiramente superiores ao do estudo original.

### 3.3 Seleção da amostra e procedimentos de recolha de dados

A participação na presente investigação exigia o cumprimento de critérios de inclusão, sendo aceites todos os indivíduos com idade mínima de 25 anos, que estivessem separados ou divorciados, com filhos entre os 5 e os 17 anos, frutos da relação que terminou em separação ou divórcio.

A recolha da amostra iniciou-se em fevereiro de 2022 e terminou em maio de 2022 e o protocolo de investigação foi divulgado, em formato online, através da plataforma *LimeSurvey*. Continha um consentimento informado com os critérios de inclusão dos participantes, onde estavam expresso e garantidos o anonimato e a confidencialidade das respostas veiculadas, realçando a participação voluntária dos participantes.

### 3.4 Análises estatísticas

Os dados quantitativos foram sujeitos a análise estatística e tratamento de dados com recurso ao *software* informático IBM SPSS Statistics 27.0 do SPSS e ao PROCESS (Hayes, 2013). De forma a caracterizar a amostra, procedeu-se à realização de análises exploratórias através de estatísticas descritivas, efetuando o cálculo de percentagens, frequências, médias e desvios-padrões.

De forma a estudar os objetivos propostos na presente investigação realizaram-se estudos inferenciais. Verificaram-se os pressupostos basilares à utilização dos testes paramétricos, tendo sido testada a normalidade da distribuição, através da análise dos valores de assimetria e curtose, dos resultados dos testes Kolmogorov-Smirnov, Shapiro-Wilk e dos gráficos. Nem todas as variáveis apresentavam distribuição normal, pelo que foram realizados os testes paramétricos e não paramétricos, mas uma vez que os resultados obtidos foram semelhantes optamos por apresentar os resultados dos testes paramétricos (Breakwell et al., 2006).

Tendo como objetivo principal da presente investigação verificar se a coparentalidade desempenha um papel mediador na relação do número de filhos com o ajustamento familiar ao divórcio, foi desenvolvido um modelo de mediação, através do programa PROCESS – modelo 4, no SPSS (Hayes, 2012). Previamente, foram testadas as relações entre os constructos escolhidos para a análise, através de correlações de Pearson. Tendo obtido resultados não significativos no que diz respeito à relação da variável independente, número de filhos, com cada subescala dos dois instrumentos, optou-se por apresentar apenas um modelo de mediação. Para esta análise de mediação foi definida como variável independente o número de filhos, como variável mediadora a Cooperação avaliada pelo QC e por fim como variável dependente o ajustamento ao divórcio avaliada pelo DAI-R, sendo que se utilizou total da soma dos resultados obtidos em cada subescala. Foi utilizado o método *bootstrapping* através do PROCESS, que permite obter intervalos de confiança a 95%, sendo

que apenas existe um efeito mediador e, por isso, um resultado estatisticamente significativo quando não existe o valor 0 entre os limites máximos e mínimos dos intervalos de confiança (Hayes, 2012).

No que diz respeito aos outros objetivos deste estudo, verificou-se o impacto de variáveis sociodemográficas, como o género dos pais e o local de residência e de uma variável familiar, a faixa etária dos filhos, no ajustamento ao divórcio e na coparentalidade, respetivamente. Deste modo, foram realizados testes *t* de *Student* para amostras independentes, através do SPSS, para a análise do impacto da variável independente, género dos pais, no ajustamento ao divórcio, e posteriormente, na coparentalidade. Para verificar o pressuposto da homogeneidade das variâncias, foi aplicado o teste de Levene. De seguida, procedeu-se à realização de uma análise de variâncias (ANOVA Unifatorial), pelo que as variáveis independentes restantes contêm mais que duas categorias/grupos, onde também foram verificados os pressupostos de normalidade e homogeneidade da variância.

## IV - Resultados

### 4.1 Estatísticas descritivas dos instrumentos

Foram realizadas as análises relativas à média e desvio padrão, mínimos e máximos, relativamente aos instrumentos utilizados, QC e o DAI-R.

Na Tabela 3 encontram-se as estatísticas descritivas dos resultados do DAI-R, considerando as quatro subescalas analisadas. A média da escala total é 126.1429 ( $DP = 17.38$ ), sendo que o resultado mínimo foi 80.00 e o máximo 156.00.

**Tabela 3**

*Estatísticas descritivas do DAI-R*

Subescala	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Conflito familiar e disfunção	59.86	9.26	14.00	70.00
Condições de divórcio favoráveis e <i>coping</i> da criança	28.90	7.73	9.00	44.00
Resolução positiva do divórcio	27.45	6.51	14.00	40.00
Sistemas de suporte externo	11.80	3.91	3.00	15.00
Total	126.14	17.38	80.00	156.00

Nota.  $N = 56$

Em relação às estatísticas descritivas do QC, como se pode verificar na Tabela 4, a subescala que apresentou a média mais elevada ( $M = 2.7250$ ;  $DP = 1.13750$ ) foi a Cooperação, em contraste com a subescala Triangulação que demonstrou a média mais baixa ( $M$

= 1.9241;  $DP = 1.05305$ ), podendo-se concluir que a amostra de pais separados, do presente estudo, demonstrou maiores níveis de cooperação, na sua percepção da relação coparental com o ex-cônjuge.

#### **Tabela 4**

##### *Estatísticas descritivas do Questionário da Coparentalidade*

Subescala	<i>M</i>	<i>DP</i>	Mínimo	Máximo
Cooperação	2.73	1.14	1.00	5.00
Triangulação	1.92	1.05	1.00	5.00
Conflito	2.64	.86	1.00	5.00

## **4.2 Estudo inferencial**

### **(1) Verificar se a dimensão da cooperação (coparentalidade) desempenha um papel mediador na relação do número de filhos com o ajustamento familiar ao divórcio.**

De forma a explorar a relação entre o número de filhos (variável independente) com o ajustamento familiar ao divórcio (variável dependente), mediada pela cooperação (variável mediadora), foi realizada uma análise de mediação através do programa *PROCESS*. Pretende-se perceber se a terceira variável (cooperação) intervém na influência dos constructos restantes (Hair et al. 2010).

Como podemos observar na Figura 4, sobre a relação entre o número de filhos e a cooperação, os resultados obtidos indicam a ausência de um efeito direto significativo ( $b = .1535$ ,  $t = -.4897$ ,  $p = .6263$ ). Assim, é possível concluir que o número de filhos não tem impacto na cooperação e que esta relação não é significativa.

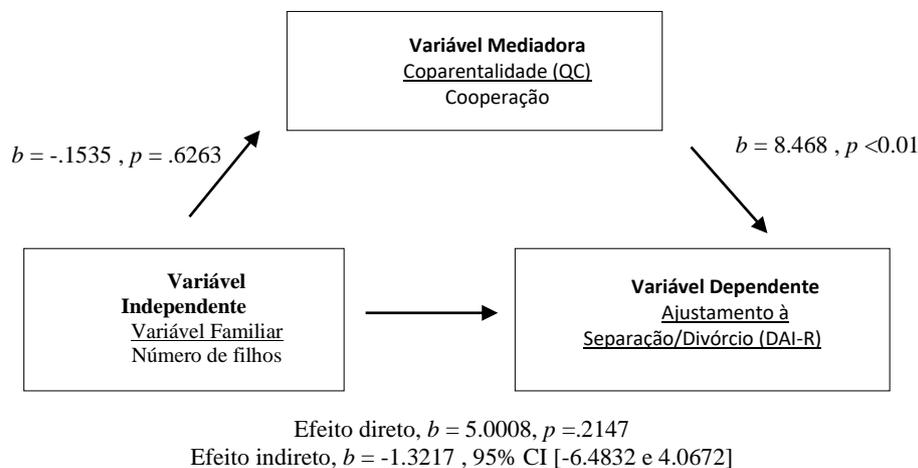
De seguida, foi analisada a relação entre o número de filhos e o ajustamento ao divórcio, onde se observou também uma relação estatisticamente não significativa ( $b = 5.0008$ ,  $p = .2147$ ). Neste sentido, verifica-se que o número de filhos não explica diretamente o ajustamento familiar ao divórcio.

Posteriormente, foi verificado o efeito direto entre a cooperação e o ajustamento ao divórcio, obtendo resultados positivos e estatisticamente significativos ( $b = 8.468$ ,  $p < .001$ ), podendo-se concluir que quanto maior for a cooperação, maior é o ajustamento da família ao divórcio.

Por fim, foi explorado o efeito indireto entre o número de filhos e o ajustamento ao divórcio através da cooperação. Os resultados indicam que não existe significância ( $b = -1.3217$ , 95% CI [-6.4832 e 4.0672]), contatando-se a ausência de mediação na relação das variáveis estudadas.

**Figura 4**

Resultados do modelo de mediação simples obtidos através do PROCESS



**(2) Analisar as diferenças de uma variável sociodemográfica (género dos pais) e duas variáveis familiares (número de filhos e faixa etária dos filhos) no ajustamento ao divórcio.**

Com o intuito de responder ao objetivo secundário, da presente investigação, realizou-se o teste T de amostras independentes, assumindo como variável independente, o género dos pais e como variável dependente, o ajustamento ao divórcio.

Os resultados obtidos indicam que não existe nenhuma diferença significativa entre o género feminino e masculino dos pais, em relação ao conflito e disfunção familiar ( $t=.80, p=.438$ ), às condições de divórcio favoráveis e ao *coping* da criança ( $t=-.94, p=.353$ ), à resolução positiva do divórcio ( $t=-1.34, p=.185$ ), e por fim, aos sistemas de suporte externo ( $t=.22, p=.828$ ), do DAI-R, dado que em todas as subescalas, o valor da significância é  $>0.05$  (ver Tabela 5).

**Tabela 5**

Resultados relativos ao Teste T para amostras independentes: VI - género dos pais e VD- subescalas do DAI-R

Subescala	Género	M	SD	Teste de Levene		Teste-t para Igualdade de Médias	
				F	p	t	p
Conflito familiar e disfunção	Feminino	60.64	6.85	5.89	.019	.80	.438
	(n=44)						
	Masculino	57.00	15.29				

	(n=12)						
Condições de divórcio favoráveis e <i>coping</i> da criança	Feminino	28.39	6.99				
	(n=44)			3.64	.062	-.94	.353
	Masculino	30.75	10.17				
	(n=12)						
Resolução positiva do divórcio	Feminino	26.84	6.55				
	(n=44)			.34	.56	-1.34	.185
	Masculino	29.67	6.10				
	(n=12)						
Sistemas de suporte externo	Feminino	11.86	3.89				
	(n=44)			.25	.62	.22	.828
	Masculino	11.58	4.19				
	(n=12)						

Nota. N= 56

Na Tabela 6 estão os resultados obtidos, através do teste t de *Student* para amostras independentes, assumindo a variável familiar número de filhos como a variável independente, e como variável dependente o ajustamento ao divórcio.

### Tabela 6

*Resultados relativos ao Teste T para amostras independentes: VI – número de filhos e VD- subescalas do DAI-R*

Subescala	Número de filhos	M	SD	Teste de Levene		Teste-t para Igualdade de Médias	
				F	P	t	p
Conflito familiar e disfunção	Um filho	57.86	12.35				
	(n=22)						
	Mais que um filho	61.15	6.43	3.22	.08	-1.31	.198
	(n=34)						
Condições de divórcio favoráveis e <i>coping</i> da criança	Um filho						
	(n=22)	28.59	8.31				
				0.69	.79	-.23	.817

	Mais que um filho (n=34)	29.09	7.46				
Resolução positiva do divórcio	Um filho (n=22)	27.23	5.98.				
				1.69	.20	-.20	.842
	Mais que um filho (n=34)	27.59	6.92				
Sistemas de suporte externo	Um filho (n=22)	12.23	2.78				
				9.91	.00	.715	.477
	Mais que um filho (n=34)	11.53	4.52				

Nota. N= 56.

Por fim, a variável independente faixa etária dos filhos foi alvo de análise estatística, através da ANOVA Unifatorial, de modo a verificar a existência de diferenças entre famílias que têm crianças ou adolescentes, ou as duas faixas etárias, no que diz respeito ao seu ajustamento familiar. Os resultados não significativos obtidos estão apresentados na Tabela 7.

### Tabela 7

*Resultados relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial: VI – faixa etária dos filhos e VD- subescalas do DAI-R*

Subescala	Faixa etária dos filhos	M	SD	Teste de Levene		ANOVA	
				F	p	z	p
Cooperação	Criança (n=36)	2.76	1.09				
	Adolescente (n=9)	3.02	1.27				
				.45	.64	.88	.422
	Criança e Adolescente (n=10)	2.34	1.24				

Triangulação	Criança	1.97	1.10				
	(n=36)						
	Adolescente	1.50	.69	.33	.27	1.24	.299
	(n=9)						
	Criança e Adolescente	2.25	1.09				
	(n=10)						
Conflito	Criança	2.69	.93				
	(n=36)						
	Adolescente	2.29	.61	1.74	.19	.82	.445
	(n=9)						
	Criança e Adolescente	2.72	.86				
	(n=10)						

Nota. N = 56.

**(3) Analisar as diferenças de uma variável sociodemográfica (género dos pais) e de variáveis familiares (número de filhos e faixa etária dos filhos) na coparentalidade.**

Inicialmente verificou-se a existência de diferenças entre o género dos pais nas dimensões da cooperação, da triangulação e do conflito, analisadas pelo QC. Tal análise permitiu concluir a ausência de qualquer diferença entre o género no que diz respeito às dimensões em cima mencionadas, tendo todas obtido resultados não significativos ( $p > 0.05$ ), como podemos observar na Tabela 8.

**Tabela 8**

*Resultados relativos ao Teste T para amostras independentes: VI - género dos pais e VD- subescalas do QC*

Subescala	Género	M	SD	Teste de Levene		Teste-t para Igualdade de Médias	
				F	p	t	p
Cooperação	Feminino	2.70	1.11	.09	.77	-.31	.756
	(n=44)						
	Masculino	2.82	1.27				
	(n=12)						
Triangulação	Feminino	1.80	.94	7.14	.010	-1.46	.166
	(n=44)						
	Masculino	2.40	1.34				

	(n=12)						
Conflito	Feminino	2.60	.80				
	(n=44)			2.84	.10	-.51	.609
	Masculino	2.75	1.10				
	(n=12)						

Nota. N= 56

Continuando a explorar a existências de diferenças no número de filhos numa família, realizou-se um teste *t* de *Student* para amostras independentes, assumindo como variáveis dependentes as dimensões da coparentalidade. Os resultados são apresentados na Tabela 9, podendo concluir-se que não existem diferenças estatisticamente significativas entre famílias com um filho e famílias com mais que um filho, no que diz respeito à cooperação, à triangulação e ao conflito na relação de coparentalidade.

### Tabela 9

Resultados relativos ao Teste T para amostras independentes: VI – número de filhos e VD- subescalas do QC

Subescala	Número de filhos	M	SD	Teste de Levene		Teste-t para Igualdade de Médias	
				F	p	t	p
Cooperação	Um filho	2.82	1.08				
	(n=22)			.40	.53	.50	.626
	Mais que um filho	2.66	1.18				
	(n=34)						
Triangulação	Um filho	1.84	.93				
	(n=22)			2.02	.16	-.47	.639
	Mais que um filho	1.98	1.14				
	(n=34)						
Conflito	Um filho	2.64	.99				
	(n=22)			1.71	.20	.00	.996
	Mais que um filho	2.64	.78				
	(n=34)						

Nota. N = 56.

De modo a explorar a existência de diferenças entre as faixas etária dos filhos, realizou-se uma análise de variâncias. Não foram encontradas tais diferenças entre famílias com crianças, famílias com adolescentes e famílias com crianças e adolescentes, na percepção que os pais têm da sua relação coparental (ver Tabela 10).

**Tabela 10**

*Resultados relativos à Análise de Variância (ANOVA) Unifatorial: VI – faixa etária dos filhos e VD- subescalas do QC*

Subescala	Faixa etária dos filhos	M	SD	Teste de Levene		ANOVA	
				F	p	z	p
Cooperação	Criança (n=36)	2.76	1.09				
	Adolescente (n=9)	3.02	1.27	.45	.64	.88	.422
	Criança e Adolescente (n=10)	2.34	1.24				
Triangulação	Criança (n=36)	1.97	1.10				
	Adolescente (n=9)	1.50	.69	.33	.27	1.24	.299
	Criança e Adolescente (n=10)	2.25	1.09				
Conflito	Criança (n=36)	2.69	.93				
	Adolescente (n=9)	2.29	.61	1.74	.19	.82	.445
	Criança e Adolescente (n=10)	2.72	.86				

Nota. N = 56.

## V – Discussão

O presente estudo realizado com uma amostra de pais separados e divorciados, teve como objetivo, inicialmente, compreender se existe um efeito mediador da cooperação, dimensão da coparentalidade, na relação entre o número de filhos e o ajustamento familiar à dissolução conjugal. Os restantes objetivos consistiram na

análise das diferenças entre o género dos pais, a faixa etária dos filhos e o número de filhos, no ajustamento familiar ao divórcio e na coparentalidade, respetivamente.

Muitas das investigações científicas existentes procuram compreender o processo mediador do próprio ajustamento à rutura conjugal, na relação coparental pós-divórcio (Togliatti et al., 2011). Por isso, a presente dissertação pretende explorar estas dinâmicas familiares, através de outra perspetiva, considerando variáveis pouco investigadas, na literatura, como o número de filhos.

De facto, os resultados desta investigação demonstraram uma relação significativa entre a dimensão da cooperação e o ajustamento familiar ao divórcio, o que é expectável teoricamente. Quando ex-cônjuges estabelecem uma dinâmica coparental cooperativa, conseguem comunicar frequentemente e trabalhar em conjunto, de modo a articular a prestação de cuidados, de forma partilhada (Beckmeyer et al., 2019). Quer isto dizer que dinâmicas coparentais, com níveis elevados de cooperação, ao adquirirem capacidades e estratégias cruciais para o estabelecimento de uma comunicação adaptativa com o outro progenitor, permitem a criação de aspetos preventivos de um desajustamento à rutura conjugal (Herrero et al., 2020). De modo inverso, também pode ser refletido que a relação coparental, caracterizada por altos níveis de cooperação influencia o ajustamento ao divórcio, dado que foi encontrada “uma forte associação entre a vinculação insegura e o desajustamento ao divórcio e ausência de coparentalidade positiva em adultos recém-divorciados” (Lamela, Figueiredo, et al., 2010, p.570)

Por isso, quanto maior a cooperação, numa relação coparental em pais separados, maior será o ajustamento familiar a essa separação.

Contudo, também existe investigação que se por um lado, contraria a associação significativa entre a cooperação e o ajustamento ao divórcio, sustenta a ausência de mediação entre as variáveis encontradas no presente estudo. Quer isto dizer que a coparentalidade cooperante pode exponenciar o conflito entre ex-cônjuges e conseqüentemente, os níveis de agressividade das crianças, proporcionando um desajustamento familiar. Em situações de alto conflito existe uma probabilidade acrescida das crianças serem expostas ao conflito entre os pais, provocando desconforto psicológico (Herrero et al., 2020). Assim como, dinâmicas cooperantes na relação coparental exigem a ativação do sistema de vinculação, o que pode predizer um pior ajustamento à rutura conjugal nas mães (Lamela, Figueiredo, et al., 2010). Os autores consideram que os comportamentos de vinculação necessários para estabelecer e manter uma dinâmica coparental cooperante podem dificultar o processo de desvinculação da figura de vinculação e conseqüentemente promover um desajustamento dos adultos a esta separação. Durante um processo de luto da figura de vinculação, a relação coparental tem uma função diferente para um adulto inseguro-ansioso do que para um adulto seguro. O primeiro utiliza a dinâmica coparental como manifestação

do seu descontentamento perante a falta de prestação de cuidados da ex-figura de vinculação, num tão momento crítico e vulnerável como a separação, através de comportamentos hostis e de rejeição. Desta forma, a literatura postula que uma dinâmica coparental cooperativa pode não desempenhar um papel protetor de um desajustamento familiar, quando se consideram os diferentes padrões de vinculação dos adultos (Lamela, Figueiredo, et al., 2010).

A qualidade das relações coparentais tem um papel influente no ajustamento familiar à separação parental (Lamela & Figueiredo, 2016) e o número de filhos tem impacto na dinâmica coparental, colocando-se a hipótese de que a cooperação explica a relação entre as duas variáveis restantes. No entanto, a mediação da cooperação, na relação do número de filhos e o ajustamento da família à separação não foi comprovada neste estudo. Não existindo investigação prévia acerca do possível impacto do número de filhos no funcionamento familiar após uma separação, através do efeito mediador da cooperação, foi necessário hipotetizar de acordo com literatura que procura perceber a relação destas variáveis, em famílias intactas. De acordo com Lourenço (2006) e Guo e Huang (2005) existe um impacto do número de filhos na satisfação conjugal, sendo que quanto mais filhos existirem na família, mais exigência é esperada dos progenitores, em termos de gestão de tempo e energia (Marini, 1980), colocando-se a hipótese que o mesmo pode ser pensado relativamente à relação coparental pós-separação. A rutura conjugal, ao considerar-se uma crise no percurso desenvolvimental, que requer a mobilização de todos os recursos emocionais do adulto, poderia ser influenciada pelo um número acrescido de filhos, por colocar mais pressão e exigência no adulto, numa altura altamente vulnerável e stressante. Amato (2000) postula que o ajustamento ao divórcio é influenciado pela existência de fatores stressores e não pelo divórcio *per se*. Considera-se que o aparecimento de problemas financeiros desempenha um papel perturbador no ajustamento da família ao divórcio (Raposo et al., 2011), por isso, apesar de não ter sido corroborada nesta investigação, sugere-se que investigação futura explore a hipótese de que um maior número de filhos implica uma maior exigência, a nível económico para os pais suportarem, e por isso, não protege a família de um potencial desajustamento à separação mas sim coloca-a em risco.

Realça-se também um contraste entre os resultados não significativos encontrados neste estudo e a investigação existente, sobre as diferenças de famílias com um filho e famílias com mais que um filho, no que diz respeito à perceção da coparentalidade (conflito, triangulação e cooperação). Szabó (2012) concluiu que existe melhor relação coparental após o nascimento do segundo filho, referindo que a cooperação vai aumentando, ao longo do tempo. Famílias com três filhos demonstravam níveis piores de cooperação do que famílias com quatro filhos, postulando também que a relação coparental

estabelecida com o primeiro filho prediz a relação coparental com o segundo filho.

Levantamos a hipótese de que a forma como, neste estudo, a variável número de filhos foi categorizada (famílias com um filho ou mais que um filho), não discriminando o número exato de filhos, existentes nas famílias, limitou a análise possível. Inicialmente, o protocolo de investigação procurou recolher dados sobre o número exato de filhos nas famílias dos respondentes. Contudo, confrontámo-nos com uma amostra reduzida e muito heterogénea, no que diz respeito à quantidade de filhos, não possibilitando a realização de todas as análises estatísticas pretendidas optando por agrupar a amostra em duas categorias, famílias com um filho e famílias com mais que um filho. Esta categorização teve em consideração os dados partilhados pelo Instituto Nacional de Estatística (INE, 2022) que ilustram a realidade das famílias portuguesas: o número médio de filhos numa família, em Portugal, em 2021, é 1,34, podendo-nos levar a discriminar as famílias, através destas duas categorias, de maneira representativa e adequada.

Adicionalmente, atendendo às características da nossa amostra, apesar dos níveis de conflito serem mais baixos do que os níveis de cooperação, no que diz respeito à perceção dos pais sobre a sua relação coparental, são ambos semelhantes e altos, tendo sido escolhida apenas a variável cooperação para análise, o que pode não ter representado de forma precisa a amostra recolhida. Face às respostas dos participantes ao protocolo de investigação, apesar de revelarem níveis altos de conflito, no instrumento QC, nenhum escolheu a opção de processo de divórcio litigioso, levando-nos a crer que não estamos perante uma amostra que tenha vivenciado processos de separação muito conflituosos ou judiciais. Por isso, incentiva-se a que investigações futuras procurem explorar padrões mais descomprometidos e/ou conflituosos dado que a dinâmica coparental mais frequentemente encontrada em pais separados ou divorciados é a descomprometida, o que não se refletiu nesta investigação (Maccoby et al., 1990).

Contrariamente ao esperado, não foram encontrados resultados que evidenciassem diferenças no género dos pais no que diz respeito ao ajustamento familiar ao divórcio. Esta relação não significativa é concordante com Bevvino e Sharkin (2003) que também não encontraram diferenças entre o género feminino e masculino no que diz respeito ao bem-estar dos pais e das mães associado ao ajustamento ao divórcio. Contudo, as mães manifestavam mais consequências positivas do divórcio, em comparação com os pais, considerando o aparecimento de mais oportunidades para o seu desenvolvimento pessoal após a separação. Por outro lado, os pais apenas indicaram a possibilidade de ter outra relação, o que é concordante com investigações prévias, que salientam a maior probabilidade de recasamento nos pais, do que nas mães. A literatura ilustra que existem profundas diferenças entre mães e pais, após este

evento crítico que dissolve a conjugalidade. Tais contrastes encontram-se maioritariamente, nas perdas de rendimento familiar, no risco acrescido de pobreza e na menor probabilidade de recasamento, que se revelam maioritariamente nas mães, em comparação com os pais (Leopold, 2018).

Relativamente às diferenças de género dos pais, na sua relação coparental, não foram obtidos resultados significativos. De forma semelhante, Ahrons (1981) realçou apenas uma única diferença, sendo esta crucial para a perceção de uma relação coparental de qualidade. Concluiu que a perceção das mulheres acerca da relação coparental, era influenciada pela demonstração de reconhecimento e arrependimento do ex-cônjuge acerca do papel que desempenhou na separação. Por sua vez, os homens não sentiam esta necessidade para conseguirem estabelecer uma coparentalidade eficiente e cooperativa. Adicionalmente, Bonach et al. (2005) realçam alguns aspetos que distinguem os dois géneros analisados, como o facto de a mulher experienciar uma maior perda económica e social, assim como existir uma maior probabilidade de educar o filho sozinha, o que influencia a sua perceção da relação coparental. Além disso, Ahrons (1981) referiu que homens tendem a perceber-se mais envolvidos nas práticas de prestação de cuidados e nas suas interações com os filhos e que as mulheres demonstram-se menos satisfeitas com a relação coparental. Em contraste com os nossos resultados, a autora concluiu que efetivamente, existem diferenças na perceção da mesma relação coparental e que são estas divergências de visão acerca desta dinâmica que podem provocar conflito interparental e conseqüentemente diminuir a qualidade da coparentalidade. Esta conclusão foi apoiada por Madden-Derdich e Leonard (2002), que constatou que as perceções desiguais acerca das capacidades dos homens em educar os filhos se associam à existência de mais conflito, na dinâmica coparental.

Considerando as diferenças apresentadas na investigação científica, as características da nossa amostra parecem influenciar os resultados relativos ao género dos pais, como a predominância do género feminino na amostra por nós recolhida. Perante a análise de dados maioritariamente femininos, esta investigação teve pouco acesso às perspetivas masculinas sobre o ajustamento familiar ao divórcio. Coloca-se a hipótese de que o nosso estudo empírico, na sua divulgação, atraiu mais indivíduos do género feminino do que do género masculino, dado que existe uma menor probabilidade do género masculino em falar sobre as suas insatisfações e dificuldades relacionais com os outros (Crane et al., 1995). Esta investigação ao pedir aos participantes que revivam um momento altamente vulnerável nas suas vidas, que é a separação ou divórcio, pode ter inibido e influenciado a adesão do género masculino.

Não encontramos diferenças em relação à faixa etária dos filhos, na coparentalidade. Os resultados obtidos são congruentes com alguma teoria encontrada: Stright e Bales (2003) também não

encontraram relações significativas entre a idade, o género e o temperamento dos filhos e a qualidade da coparentalidade. Belsky (1984) hipotetizou que as características dos pais desempenham um papel mais influente na qualidade da parentalidade do que as características dos filhos. Por isso, colocamos a hipótese de que esta variável, da forma como foi categorizada (crianças, adolescentes, crianças e adolescentes), pode não representar de modo adequado os vários obstáculos que podem influenciar a coparentalidade, uma vez que dentro de cada faixa etária existem diferentes fases desenvolvimentais (Stright & Bales, 2003). Segundo McConnell e Kerig (2002) a literatura aponta para a existência de um padrão semelhante entre dimensões da coparentalidade. em diferentes idades nos filhos, ou seja, uma coparentalidade mais cooperativa foi associada a melhores resultados académicos, tanto em crianças pré-escolares, como em idades escolares. Além disso, níveis de hostilidade, na coparentalidade foram relacionadas com baixa regulação entre famílias com filhos pequenos e com filhos em idade escolar (Brody & Flor, 1996; McHale et al., 2000).

Não identificámos diferenças na faixa etária dos filhos no que diz respeito ao ajustamento ao divórcio. Barenbaum (1993) demonstra-nos que o ajustamento pós-divórcio de crianças mais velhas está menos associado ao conflito parental, dado que possuem mais recursos fora da família que lhes permitem atenuar o conflito, sentido em casa. Adicionalmente, um maior envolvimento, por parte das figuras parentais masculinas, que desempenha um papel preditor para melhor comunicação e socialização, nos filhos, foi associado a crianças mais velhas (Pruett et al., 2003). O conflito interparental também parece ser um aspeto influenciador, no que diz respeito ao ajustamento ao divórcio entre crianças mais novas e mais velhas. Na presença deste conflito, por norma, são os pais (homens) que se distanciam e desta maneira diminuem o seu envolvimento na vida da criança, o que conseqüentemente afeta o seu ajustamento adaptativo (Pruett et al., 2003). Este afastamento do pai, segundo Braver et al. (1991) poderá ser alimentado pela resistência da mãe em facilitar o contacto regular entre o pai e os filhos, o que é mais frequente em famílias com crianças pequenas. No que diz respeito aos resultados obtidos relativos às diferenças entre faixas etárias e o ajustamento ao divórcio e a coparentalidade, pontuamos as características da amostra, constituída maioritariamente por pais com crianças, tendo obtido poucas respostas relativas à vivência de pais com adolescentes ou com filhos de ambas as faixas etárias. Este aspeto pode ter influenciado os resultados obtidos, nesta investigação.

### **5.1 Limitações e investigação futura**

Apesar das interessantes conclusões retiradas no presente estudo, existem limitações que devem ser consideradas na leitura desta investigação. Alertamos para a dimensão reduzida da amostra, 56

sujeitos, sendo que destes 42 eram do género feminino, ou seja, a sua grande maioria. Cada variável escolhida para análise tinha em conta um número muito reduzido de respostas. Além de termos mais acesso à perspetiva feminina, também houve uma quantidade predominante de famílias apenas com crianças. Deste modo, considera-se que uma amostra maior poderia fornecer resultados mais significativos e representativos da população separada/divorciada. A presente investigação deve ser vista como um estudo exploratório. Investigações futuras devem explorar variáveis como o número de filhos, a faixa etária e o género dos pais em amostras mais heterogéneas e equilibradas.

Uma limitação significativa relaciona-se com a ausência de normas para a população portuguesa do instrumento DAI-R, tendo sido utilizadas as normas do estudo original, o que pode ter influenciado a interpretação dos resultados obtidos. Adicionalmente, a baixa consistência interna obtida na subescala *Transição ao Divórcio*, do instrumento DAI-R, impossibilitando-a de ser utilizada na análise estatística, também desempenhou uma limitação do nosso estudo empírico.

Realçamos a literatura reduzida relativamente à relação entre os conceitos: ajustamento ao divórcio e coparentalidade, com o número de filhos. Neste sentido, é essencial que futuras investigações continuem a explorar estes tópicos, aprofundando o conhecimento científico e orientando a prática clínica a identificar aspetos necessários de intervenção. Sublinhamos a importância do incentivo à procura de serviços de Mediação Familiar e Terapia de Divórcio, promovendo a construção e estabelecimento de relações coparentais mais cooperativas e um funcionamento adaptativo em famílias que estão a vivenciar uma separação parental.

### **Conclusão**

A dissolução conjugal tem sido descrita na literatura como um evento extremamente exigente para os indivíduos. Para que seja realizado um ajustamento familiar saudável a esta rutura é esperado que o sistema familiar consiga reorganizar e redefinir os seus papéis e limites (Emery & Dillon, 1994). Tal ajustamento pode ser influenciado pelas características da dinâmica coparental estabelecida após o divórcio, dado que um dos principais mediadores do funcionamento familiar após uma separação é a qualidade da coparentalidade (Lamela & Figueiredo, 2016; Sbarra & Emery, 2008).

A investigação empírica realizada teve como objetivo principal contribuir para a compreensão do impacto de variáveis sociodemográficas e familiares no ajustamento familiar à dissolução conjugal, através do papel mediador da coparentalidade. Adicionalmente explorámos as diferenças dessas mesmas variáveis no ajustamento familiar ao divórcio e na coparentalidade, respetivamente. A partir da realização de análises estatísticas, obtivemos resultados

que contribuem para o estado da arte, relativamente ao funcionamento e ajustamento familiar após a dissolução do subsistema conjugal.

Foram obtidos resultados não significativos no efeito mediador da cooperação (dimensão da coparentalidade) na relação entre a variável número de filhos e o ajustamento familiar ao divórcio. Contudo, o efeito direto entre a dimensão cooperação e o ajustamento familiar ao divórcio demonstrou-se significativo, indicando que quanto maior a cooperação maior é o ajustamento da família ao divórcio. Em relação às diferenças existentes entre o género dos pais, a faixa etária dos filhos e o número de filhos, relativamente ao ajustamento ao divórcio e à coparentalidade, os resultados também demonstraram a ausência de significância.

Assim, os objetivos desta investigação foram cumpridos, no entanto, salientamos a importância de uma exploração contínua e necessária relativamente a estas problemáticas de modo a promover a construção de relações familiares mais ricas e adaptativas nos sistemas familiares que vivenciaram a dissolução do subsistema conjugal.

Este estudo contribui para a literatura ao testarmos variáveis pouco exploradas, como o número de filhos, num contexto de separação parental. Observam-se cada vez mais ocorrências de separações e divórcios nas famílias portuguesas, constituindo-se como uma realidade próxima de cada indivíduo, na própria família ou nos pares. Neste sentido, focalizar a atenção da investigação atual para a identificação de fatores de risco e fatores protetores de um ajustamento saudável a este evento, cada vez mais normativo, parece ser crucial para o avanço e para a especialização da intervenção clínica nesta área.

## Bibliografia

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios familiares: Uma visão sistémica*. Quarteto Editora.
- Ahrons, C. R. (1980). Divorce: A crisis of family transition and change. *Family Relations*, 29(4), 533. <https://doi.org/10.2307/584469>
- Amato, P. R. (2000). The consequences of divorce for adults and children. *Journal of Marriage and Family*, 62(4), 1269-1287. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2000.01269.x>
- Amato, P. R. (2010). Research on divorce: Continuing trends and new developments. *Journal of Marriage and Family*, 72(3), 650–666. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2010.00723.x>
- Amato, P. R., Kane, J. B., & James, S. (2011). Reconsidering the “Good Divorce.” *Family Relations*, 60(5), 511–524. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2011.00666.x>
- Amato, P. R., & Keith, B. (1991). Parental Divorce and the Well-Being of Children: A Meta Analysis. *Psychological Bulletin*, 110(1), 26–46.
- Bakermans-Kranenburg, M. J., & van Ijzendoorn, M. H. (1997). Adult Attachment and the Break-Up of Romantic Relationships. *Journal of Divorce and Remarriage*, 27(3–4), 121–139. [https://doi.org/10.1300/J087v27n03\\_08](https://doi.org/10.1300/J087v27n03_08)
- Barenbaum, N. B. (1993). *Parental Conflict and Children's Divorce Adjustment: A Multimethod Approach* [Poster]. Poster

- apresentado no Annual Meeting of the Southeastern Psychological Association, Atlanta, março de 1993.
- Beavers, R., & Hampson, R. B. (2000). The Beavers Systems Model of Family Functioning. *Family Therapy*, 22, 128–143.
- Beckmeyer, J. J., Markham, M. S., & Troilo, J. (2019). Postdivorce Coparenting Relationships and Parent–Youth Relationships: Are Repartnership and Parent–Youth Contact Moderators? *Journal of Family Issues*, 40(5), 613–636. <https://doi.org/10.1177/0192513X18821395>
- Belsky, J. (1984). The determinants of parenting: A process model. *Child Development*, 55(1), 83–96. <https://doi.org/10.2307/1129836>
- Bennett, N. G. (2017). A reflection on the changing dynamics of union formation and dissolution. *Demographic Research*, 36(1), 371–390. <https://doi.org/10.4054/DemRes.2017.36.12>
- Bevino, D. L., & Sharkin, B. S. (2003). Divorce adjustment as a function of finding meaning and gender differences. *Journal of Divorce and Remarriage*, 39(3–4), 81–97. [https://doi.org/10.1300/J087v39n03\\_04](https://doi.org/10.1300/J087v39n03_04)
- Bonach, K., Sales, E., & Koeske, G. (2005). Gender differences in perceptions of coparenting quality among expartners. *Journal of Divorce and Remarriage*, 43(1–2), 1–28. [https://doi.org/10.1300/J087v43n01\\_01](https://doi.org/10.1300/J087v43n01_01)

- Bowlby, J. (1980). *Attachment and loss: Loss: Sadness and depression*.
- Braver, S. H., Wolchik, S. A., Sandler, I. N., Fogas, B. S., & Zvetina, D. (1991). Frequency of visitation by divorced fathers: differences in reports by fathers and mothers. *The American journal of orthopsychiatry*, *61*(3), 448–454. <https://doi.org/10.1037/h0079260>
- Breakwell, G. M., Hammond, S., Fife-Schaw, C., & Smith, J. A. (2006). *Research methods in psychology* (3rd ed.). SAGE.
- Brody, G. H., & Flor, D. L. (1996). Coparenting, family interactions, and competence among African American youths. *New Directions for Child Development*, *74*, 77–91. <https://doi.org/10.1002/cd.23219967407>
- Buehler, C., Anthony, C., Krishnakumar, A., Stone, G., Gerard, J., & Pemberton, S. (1997). Interparental conflict and youth problem behaviors: A meta-analysis. *Journal of Child and Family Studies*, *6*(2), 233–247. <https://doi.org/10.1023/A:1025006909538>
- Cavanaugh, J. C., & Blanchard-Fields, F. (2010). *Adult development and aging* (6th ed.). Wadsworth Cengage Learning.
- Crane, D. R., Soderquist, J. N., & Gardner, M. D. (1995). Gender differences in cognitive and behavioral steps toward divorce. *The American Journal of Family Therapy*, *23*(2), 99-105. <https://doi.org/10.1080/01926189508251341>

- D'Onofrio, B., & Emery, R. (2019). Parental divorce or separation and children's mental health. *World Psychiatry, 18*(1), 100–101. <https://doi.org/10.1002/wps.20590>
- Davis, D., Shaver, P. R., & Vernon, M. L. (2003). Physical, emotional, and behavioral reactions to breaking up: The roles of gender, age, emotional involvement, and attachment style. *Personality and Social Psychology Bulletin, 29*(7), 871–884. <https://doi.org/10.1177/0146167203029007006>
- Dorsey, S., Forehand, R., & Brody, G. (2007). Coparenting conflict and parenting behavior in economically disadvantaged single parent African American families: The role of maternal psychological distress. *Journal of Family Violence, 22*(7), 621–630. <https://doi.org/10.1007/s10896-007-9114-y>
- Egeren, L. A. V., & Hawkins, D. P. (2004). Coming to terms with coparenting: Implications of definition and measurement. *Journal of Adult Development, 11*(3), 165–178. <https://doi.org/10.1023/B:JADE.0000035625.74672.0b>
- Emery, R. E., & Dillon, P. (1994). Conceptualizing the Divorce Process: Renegotiating Boundaries of Intimacy and Power in the Divorced Family System. *Family Relations, 43*(4), 374. <https://doi.org/10.2307/585367>
- Feinberg, M. E. (2003). The Internal Structure and Ecological Context of Coparenting: A Framework for Research and

- Intervention. *Parenting*, 3(2), 95–131.  
[https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302\\_01](https://doi.org/10.1207/S15327922PAR0302_01)
- Feinberg, M. E., Kan, M. L., & Hetherington, E. M. (2007). The longitudinal influence of coparenting conflict on parental negativity and adolescent maladjustment. *Journal of Marriage and Family*, 69(3), 687–702. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2007.00400.x>
- Guo, B., & Huang, J. (2005). Marital and sexual satisfaction in Chinese families: Exploring the moderating effects. *Journal of Sex & Marital Therapy*, 31(1), 21-29.  
<https://doi.org/10.1080/00926230590475224>
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., & Anderson, R. E. (2010). *Multivariate data analysis*. Pearson College Division.
- Hayes, J. R. (2012). Modeling and Remodeling Writing. *Written Communication*, 29(3), 369–388.  
<https://doi.org/10.1177/0741088312451260>
- Hayes, A. F. (2013). *Introduction to mediation, moderation, and conditional process analysis: A regression-based approach*. Guilford Press.
- Herrero, M., Martínez-Pampliega, A., & Alvarez, I. (2020). Family Communication, Adaptation to Divorce and Children's Maladjustment: The Moderating Role of Coparenting. *Journal of Family Communication*, 20(2), 114–128.  
<https://doi.org/10.1080/15267431.2020.1723592>

- Hetherington, E. M. (2005). Divorce and the adjustment of children. *Pediatrics in Review*, 26(5), 163–169. <https://doi.org/10.1542/pir.26-5-163>
- Hoghugh, M. S., Long, N., & Long, N. J. (2004). *Handbook of parenting: Theory and research for practice*. SAGE.
- Ivanova, K., Kalmijn, M., & Uunk, W. (2013). The Effect of Children on Men's and Women's Chances of Re-partnering in a European Context. *Eur J Population*, 7(27). <https://doi.org/10.1007/s>
- Lamela, D. (2013). *Divórcio e Funcionamento Psicológico em Adultos e Crianças* [Tese de doutoramento não publicada]. Universidade do Minho.
- Lamela, D., & Figueiredo, B. (2016). Coparentalidade após a dissolução conjugal e saúde mental das crianças: uma revisão sistemática. *Jornal de Pediatria*, 92(4), 331–342. <https://doi.org/10.1016/j.jpmed.2015.09.011>
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2010). Adaptação ao divórcio e relações coparentais: Contributos da teoria da vinculação. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 23(3), 562–574. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722010000300017>
- Lamela, D., Figueiredo, B., & Bastos, A. (2013). Perfis de vinculação, coparentalidade e ajustamento familiar em pais recém-divorciados: Diferenças no ajustamento psicológico. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 26(1), 19–28. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722013000100003>

- Lamela, D., Nunes-Costa, R., & Figueiredo, B. (2010). Modelos teóricos das relações coparentais: Revisão crítica. *Psicologia Em Estudo*, 15(1), 205–216. <https://doi.org/10.1590/S1413-73722010000100022>
- Lansford, J. E. (2009). Parental divorce and children's adjustment. *Perspectives on Psychological Science*, 4(2), 140–152. <https://doi.org/10.1111/j.1745-6924.2009.01114.x>
- Lau, Y. K. (2007). Patterns of post-divorce parental alliance and children's self-esteem in Hong Kong. *Journal of Divorce and Remarriage*, 47(3–4), 155–173. [https://doi.org/10.1300/J087v47n03\\_08](https://doi.org/10.1300/J087v47n03_08)
- Leopold, T. (2018). Gender Differences in the Consequences of Divorce: A Study of Multiple Outcomes. *Demography*, 55(3), 769–797. <https://doi.org/10.1007/s13524-018-0667-6>
- Leopold, T., & Kalmijn, M. (2016). Is Divorce More Painful When Couples Have Children? Evidence From Long-Term Panel Data on Multiple Domains of Well-being. *Demography*, 53(6), 1717–1742. <https://doi.org/10.1007/s13524-016-0518-2>
- Lourenço, M. M. C. (2006). Casal: Conjugalidade e Ciclo Evolutivo (dissertação de doutoramento não publicada). Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.
- Maccoby, E. E., Depner, C. E., & Mnookin, R. H. (1990). Coparenting in the Second Year after Divorce. *Journal of*

- Marriage and the Family*, 52(1), 141.  
<https://doi.org/10.2307/352846>
- Madden-Derdich, D. A., Leonard, S. A., & Christopher, F. S. (1999). Boundary Ambiguity and Coparental Conflict After Divorce: An Empirical Test of a Family Systems Model of the Divorce Process. *Journal of Marriage and the Family*, 61(3), 588.  
<https://doi.org/10.2307/353562>
- Madden-Derdich, D. A., & Leonard, S. A. (2002). Shared experiences, unique realities: Formerly married mothers' and fathers' perceptions of parenting and custody after divorce. *Family Relations*, 51(1), 37-45. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2002.00037.x>
- Margolin, G., Gordis, E. B., & John, R. S. (2001). Coparenting: A link between marital conflict and parenting in two-parent families. *Journal of Family Psychology*, 15(1), 3–21.  
<https://doi.org/10.1037/0893-3200.15.1.3>
- Marini, M. M. (1980). Effects of the number and spacing of children on marital and parental satisfaction. *Demography*, 17(3), 225.  
<https://doi.org/10.2307/2061101>
- McConnell, M. C., & Kerig, P. K. (2002). Assessing coparenting in families of school-age children: Validation of the Coparenting and Family Rating System. *Canadian Journal of Behavioural Science*, 34(1), 44–58. <https://doi.org/10.1037/h0087154>

- McGene, J., & King, V. (2012). Implications of New Marriages and Children for Coparenting in Nonresident Father Families. *Journal of Family Issues*, 33(12), 1619–1641. <https://doi.org/10.1177/0192513X12437150>
- McHale, J. P. (1995). Coparenting and Triadic Interactions During Infancy: The Roles of Marital Distress and Child Gender. *Developmental Psychology*, 31(6), 985–996. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.31.6.985>
- McHale, J. P., Rao, N., & Krasnow, A. D. (2000). Constructing family climates: Chinese mothers' reports of their co-parenting behaviour and preschoolers' adaptation. *International Journal of Behavioral Development*, 24(1), 111–118. <https://doi.org/10.1080/016502500383548>
- Morais, A. P. (2007). *Variáveis familiares e saúde em crianças de pais divorciados* [Tese de mestrado].
- Mullett, E. K., & Stolberg, A. (1999). The Development of the Co-Parenting Behaviors Questionnaire. *Journal of Divorce & Remarriage*, 31(3–4), 115–137. [https://doi.org/10.1300/j087v31n03\\_07](https://doi.org/10.1300/j087v31n03_07)
- Nunes-Costa, R. A., Lamela, D. J. P. V., & Figueiredo, B. F. C. (2009). Psychosocial adjustment and physical health in children of divorce. *Jornal de Pediatria*, 85(5), 385–396. <https://doi.org/10.2223/JPED.1925>
- Nunnally, J.C. (1978) Psychometric theory. 2nd Edition, McGraw-

Hill, New York.

Ordem dos Psicólogos Portugueses. (2022). Vamos falar sobre divórcio?.

Recuperado de <https://www.ordemdospsicologos.pt/pt/noticia/4049>

Pedro, M. F., & Ribeiro, M. T. (2015). Adaptação Portuguesa do questionário de coparentalidade: Análise fatorial Confirmatória e estudos de validade e fiabilidade. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 28(1), 116–125. <https://doi.org/10.1590/1678-7153.201528113>

Peixoto, J. M. A., Gonçalves, M. A. V., Gaspar, M. F., & Matos, M. A. V. (2022). Developing a Valid and Reliable Cross-cultural Measure of Coparenting Conflict between Divorced Parents: The Portuguese Version of the Acrimony Scale. *Journal of Child and Family Studies*, 31(6), 1664–1682. <https://doi.org/10.1007/s10826-022-02233-0>

Petren, R. E., Ferraro, A. J., Davis, T. R., & Pasley, K. (2017). Factors Linked with Coparenting Support and Conflict After Divorce. *Journal of Divorce and Remarriage*, 58(3), 145–160. <https://doi.org/10.1080/10502556.2017.1300013>

Pilowsky, D. J., Wickramaratne, P., Nomura, Y., & Weissman, M. M. (2006). Family discord, parental depression, and psychopathology in offspring: 20-Year follow-up. *Journal of the American Academy of Child and Adolescent Psychiatry*, 45(4), 452–460. <https://doi.org/10.1097/01.chi.0000198592.23078.8d>

PORDATA (2021, 30 de setembro). *Número de divórcios por 100 casamentos. Quantos divórcios há por cada 100 matrimónios?*

Obtido

em

<https://www.pordata.pt/Portugal/N%C3%BAmero+de+div%C3%B3rcios+por+100+casamentos-531>

PORDATA (2022, 28 de setembro). *Quantos filhos existem, em média, por mulher em idade fértil? Quantas filhas tem, em média, cada mulher em idade fértil?*

Obtido em <https://www.pordata.pt/Portugal/Indicadores+de+fecundidade+%C3%8Dndice+sint%C3%A9tico+de+fecundidade+e+taxa+bruta+de+reprodu%C3%A7%C3%A3o-416>

Portes, P. R., Smith, T. L., & Brown, J. H. (2000). The Divorce Adjustment Inventory-Revised: Validation of a Parental Report Concerning Children's Post-Custody Adjustment. *Journal of Divorce & Remarriage*, 33(3-4), 93-109. <https://doi.org/10.1300/J087v33n03>

Pruett, M. K., Williams, T. Y., Insabella, G., & Little, T. D. (2003). Family and legal indicators of child adjustment to divorce among families with young children. *Journal of Family Psychology*, 17(2), 169-180. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.17.2.169>

Pruett, M. K., & Barker, R. (2009). Children of divorce: New trends and ongoing dilemmas. In J. H. Bray & M. Stanton (Eds.), *The Wiley-Blackwell handbook of family psychology* (pp. 463-474). Wiley Blackwell. <https://doi.org/10.1002/9781444310238.ch31>

Pruett, K., & Pruett, M. (2009). *Partnership parenting: How men and women parent differently -- Why it helps your kids and can*

*strengthen your marriage*. Hachette UK.

- Raposo, H. S., de Carvalho Figueiredo, B. F., do Vale Lamela, D. J. P., Nunes-Costa, R. A., Castro, M. C., & Prego, J. (2011). Ajustamento da criança à separação ou divórcio dos pais. *Revista de Psiquiatria Clinica*, 38(1). <https://doi.org/10.1590/S0101-60832011000100007>
- Sbarra, D. A., & Emery, R. E. (2008). Deeper into divorce: Using actor-partner analyses to explore systemic differences in coparenting conflict following custody dispute resolution. *Journal of Family Psychology*, 22(1), 144-152. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.22.1.144>
- Schoppe-Sullivan, S. J., Mangelsdorf, S. C., Frosch, C. A., & McHale, J. L. (2004). Associations Between Coparenting and Marital Behavior From Infancy to the Preschool Years. *Journal of Family Psychology*, 18(1), 194–207. <https://doi.org/10.1037/0893-3200.18.1.194>
- Shor, E., Roelfs, D. J., Bugyi, P., & Schwartz, J. E. (2012). Meta-analysis of marital dissolution and mortality: Reevaluating the intersection of gender and age. *Social Science and Medicine*, 75(1), 46–59. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2012.03.010>
- Skopek, J., Schmitz, A., & Blossfeld, H. (2011). The gendered dynamics of age preferences – Empirical evidence from online dating. *Zeitschrift Fur Familienforschung*, 23, 267-290.
- Stright, A. D., & Bales, S. S. (2003). Coparenting Quality:

- Contributions of Child and Parent Characteristics. *Family Relations*, 52(3), 232–240. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3729.2003.00232.x>
- Szabó, N., Dubas, J. S., & van Aken, M. A. G. (2012). And baby makes four: The stability of coparenting and the effects of child temperament after the arrival of a second child. *Journal of Family Psychology*, 26(4), 554–564. <https://doi.org/10.1037/a0028805>
- Togliatti, M. M., Lavadera, A. L., & di Benedetto, R. (2011). How couples re-organized themselves following divorce: Adjustment, co-parenting and family alliance. *Life Span and Disability*, 14(1), 55–74.
- Twenge, J. M., Campbell, W. K., & Foster, C. A. (2003). Parenthood and Marital Satisfaction: A Meta-Analytic Review. *Journal of Marriage and Family*, 65(3), 574–583. <https://doi.org/10.1111/j.1741-3737.2003.00574.x>
- Van Winkle, Z., & Leopold, T. (2021). Family size and economic wellbeing following divorce: The United States in comparative perspective. *Social science research*, 96, 102541. <https://doi.org/10.1016/j.ssresearch.2021.102541>
- Verças, A. R. (2012). *A coparentalidade e o apoio social, em situação de rutura conjugal e o ajustamento dos filhos: estudo com famílias multidesafiadas, com filhos em idade pré-escolar* [Dissertação de

mestrado]. <http://hdl.handle.net/10400.14/13467>

Wallerstein, J. S. (1986). Women After Divorce: Preliminary Report from a Ten-Year Follow-Up. *American Journal of Orthopsychiatry*, 56(1).

Wu, Z., & Schimmele, C. M. (2005). Repartnering after first union disruption. *Journal of Marriage and Family*, 67(1), 27–36. <https://doi.org/10.1111/j.0022-2445.2005.00003.x>